



CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABANCO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua Folha de Respostas. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsiderando as instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e/ou apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5 Nenhuma folha deste caderno pode ser removida, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

GRAN
VOCÊ É IMPARÁVEL!



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:
simulados.coordenacao@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!

GRAN
FICHA TÉCNICA DO MATERIAL
grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2504046541M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

1º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

STM - Superior Tribunal Militar

STM

CARGO:

TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA: Administrativa

MODELO/BANCA:

Cespe / Cebraspe

EDITAL:

(Pós-Edital)

DATA DE APLICAÇÃO:

04/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

04/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

Língua Portuguesa

Fidelis Almeida

- 1 Foi a partir do idioma alemão que se deu a disseminação pelo mundo de uma acepção particular de cultura (*Kultur*), em linhas gerais, como algo mais intrínseco, individual e espiritual. O holandês, os idiomas escandinavos e eslavos adotaram-na desde logo; 5 também no espanhol, no italiano e no inglês americano é termo corrente. Apenas no francês e no inglês europeu é que, malgrado o seu uso em certas expressões consagradas, o termo depara com alguma resistência. Ao menos não se pode empregá-lo livremente no lugar de *civilisation*. E não é por acaso. O francês e o inglês tiveram, em 10 virtude de sua vetusta e rica evolução como línguas de pensamento, muito menos necessidade do recurso ao alemão para formarem seu vocabulário científico-filosófico moderno, sobretudo se comparados à maioria das línguas europeias que progressivamente, ao longo do século XIX, aproveitaram a fértil riqueza expressiva alemã.
- 15 O uso comum da palavra cultura em si traz pouco risco de mal-entendidos. Sabe-se mais ou menos o que se quer dizer com ela. Mas tente-se precisar o seu sentido e já então surgem dificuldades. Que é, em que consiste a cultura? Uma definição exaustiva do conteúdo dessa ideia seria quase impossível. Fácil seria, por outro lado, elencar algumas condições e características essenciais para 20 que se configure o fenômeno da cultura.

Cultura requer, antes de tudo, certo equilíbrio entre valores espirituais e materiais. Tal equilíbrio permite o florescimento de uma configuração social que seja tida pelos homens como algo superior à mera satisfação de necessidades básicas ou da pura e simples vontade de poder. O termo valores espirituais inclui aqui as áreas da religião, do intelecto, da moral e da estética. Também entre tais áreas é preciso haver certo equilíbrio ou harmonia internos para que o conceito de cultura seja aplicável. Ao tratarmos de equilíbrio, 25 em vez de excelência, temos o cuidado de considerar mesmo os estágios iniciais, inferiores ou precários de uma civilização também como cultura, sem incorrer numa preferência seja pelas civilizações mais adiantadas, seja por um fator cultural à parte – religião, arte, direito, poder político etc. O estado de equilíbrio consiste sobre tudo no fato de que os diferentes elementos culturais tenham cada um, em relação ao todo, uma função sumamente vital. Uma vez 30 presente tal harmonia de funções, a cultura se manifesta, em dada sociedade, como ordem, articulação coesa, estilo, ritmo de vida.

HUIZINGA, Johan. *Nas sombras do amanhã: um diagnóstico da enfermidade espiritual de nosso tempo*. Tradução e notas de Sérgio Marinho. Goiânia: Caminhos, 2017.
(com adaptações)

Os itens a seguir referem-se às ideias desenvolvidas no texto. Julgue-os.

- 1 De acordo com o texto, a associação entre cultura e equilíbrio de funções impede que o conceito se restrinja a padrões de excelência civilizatória.
- 2 Conclui-se do texto que a dificuldade de definir cultura decorre da oposição entre valores espirituais e materiais.
- 3 Conforme o texto, a resistência do francês e do inglês europeu à acepção alemã de “cultura” explica-se pela autonomia científica e filosófica que a França e a Inglaterra tiveram em relação à Alemanha.

- 4 O texto sustenta que o uso cotidiano da palavra “cultura” é impreciso e favorece confusões conceituais.

Acerca dos aspectos linguísticos do texto, julgue os itens subsequentes.

- 5 No primeiro período do primeiro parágrafo, o vocábulo “que” funciona como um pronome relativo que retoma “idioma alemão”.
- 6 Pelo emprego da palavra “vetusta” (sexto período do primeiro parágrafo), entende-se que o francês e o inglês europeu são línguas antigas, com longa tradição.
- 7 A oração “para que se configure o fenômeno da cultura” (último período do segundo parágrafo) indica ideia e finalidade.
- 8 Preserva-se a correção gramatical e o sentido original do texto caso a preposição “com” (terceiro período do primeiro parágrafo) seja suprimida.
- 9 No penúltimo período do segundo parágrafo, o emprego do subjuntivo em “tenham” assinala que o estado de equilíbrio entre os diversos elementos culturais é um aspecto necessário para a existência da cultura.
- 10 No primeiro parágrafo, o pronome “na” (segundo período) retoma “cultura” (primeiro período).

Legislação

Rafael de Oliveira

- 11 O Superior Tribunal Militar é composto por quinze Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pelo Senado Federal, sendo cinco civis e dez militares das Forças Armadas.
- 12 Os Ministros civis do STM são todos escolhidos exclusivamente entre advogados com mais de dez anos de atividade profissional e notório saber jurídico.
- 13 Compete ao Plenário do STM aplicar penas disciplinares e decretar a perda do cargo de magistrado vitalício da Justiça Militar da União.
- 14 A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.
- 15 A administração pública pode, a qualquer tempo, revogar seus próprios atos administrativos por motivo de conveniência ou oportunidade, ainda que deles se originem direitos adquiridos.
- 16 O desenvolvimento do servidor nas carreiras do Poder Judiciário da União ocorrerá exclusivamente por meio de promoção por merecimento.
- 17 A Resolução CNJ n. 351/2020 considera assédio moral apenas condutas reiteradas que causem dano à integridade psíquica da vítima.

- 18** Os tribunais e as respectivas escolas de formação de magistrados e de servidores, nos respectivos programas de aperfeiçoamento e capacitação, inclusive os de desenvolvimento gerencial, deverão prever em seus currículos e itinerários formativos o tema da prevenção e enfrentamento da discriminação e do assédio moral e sexual no trabalho, bem como do respeito à diversidade e outros conteúdos correlatos, relacionando-os com os processos de promoção à saúde no trabalho.
- 19** O PLS é instrumento que se alinha à Estratégia Nacional do Judiciário, e aos Planos Estratégicos dos órgãos, com objetivos e responsabilidades definidas, indicadores, metas, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados, que permite estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade, que objetivem uma melhor eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho, considerando a visão sistêmica do órgão.
- 20** O CNJ disponibilizará aos órgãos do Poder Judiciário acesso ao PLS-Jud para prestarem as informações referentes aos indicadores constantes do Anexo, com o objetivo de padronizar o envio e o recebimento de dados e facilitar a análise dos indicadores que avaliam o Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS) do Poder Judiciário.

Ética no Serviço Público

Glauber Marinho

A respeito de ética no serviço público, julgue os itens.

- 21** Moral pode ser definida como comportamentos socialmente difundidos.
- 22** "Ética" e "moral" são palavras de raízes históricas diferentes (ética vem do grego *mos* e moral vem do latim *ethos*).
- 23** A ética tem a ver com a norma garantida pelo recurso à força pelo Estado: punição como correção. No caso do direito, cabe à própria consciência, de maneira autônoma, o ato de censura ou de elogio.
- 24** Na democracia, a participação política contribui com o atendimento ampliado das demandas coletivas.
- 25** Elementos básicos da cidadania, a igualdade de todos perante a lei e o acesso de todos à justiça são uma realidade no Brasil.

Direito Constitucional

Samuel Marques

- 26** Determinada norma constitucional estabelece que “é assegurado o direito à liberdade de associação para fins lícitos, vedada a interferência estatal no funcionamento das associações”. Trata-se de norma de eficácia contida, uma vez que admite a restrição do direito por meio de lei.
- 27** O poder constituinte originário, por ser juridicamente ilimitado, deve observar os princípios fundamentais da ordem constitucional revogada, sob pena de nulidade das normas que com eles colidirem.
- 28** O poder constituinte originário, por ser juridicamente ilimitado, deve observar os princípios fundamentais da ordem constitucional revogada, sob pena de nulidade das normas que com eles colidirem.
- 29** O habeas corpus é remédio constitucional que protege a liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso de poder, logo este será cabível em face de eventual punição disciplinar militar.
- 30** É constitucional a possibilidade de suspensão compulsória das atividades de uma associação por decisão judicial, desde que haja o devido processo legal, não sendo admitida a dissolução compulsória sem sentença judicial transitada em julgado.
- 31** O direito à renda básica familiar, previsto no parágrafo único do art. 6º da Constituição Federal, configura norma constitucional de eficácia limitada, cuja concretização depende de regulamentação infraconstitucional.
- 32** De acordo com a Constituição Federal, é vedada a perda da nacionalidade brasileira quando a renúncia expressa à nacionalidade não for acompanhada da aquisição de outra nacionalidade, sob pena de apatridia.
- 33** É legítimo o envio, por comissão parlamentar de inquérito, de relatório circunstanciado contendo documentação que possa fundamentar a instauração de inquérito policial, não apenas ao Ministério Público e à Advocacia-Geral da União, mas também a outros órgãos públicos competentes.
- 34** A criação de um novo Estado por desmembramento de outro exige, além da aprovação por lei complementar federal, a realização de plebiscito apenas entre os eleitores do território a ser emancipado.
- 35** Assim como ocorre no Tribunal Superior do Trabalho, o Superior Tribunal Militar também adota a regra do quinto constitucional, reservando parte de seus assentos a advogados e membros do Ministério Público.

Direito Penal Militar

Rafael de Oliveira

- 36** O crime de insubmissão ocorre quando o convocado para a incorporação deixa de se apresentar no prazo determinado ou se ausenta antes do ato oficial de incorporação.
- 37** O militar que abandona seu posto antes de terminar o serviço designado, mesmo com ordem superior, incorre no crime de abandono de posto.
- 38** A pena para o crime de deserção será agravada se o autor for oficial.
- 39** A apresentação voluntária do desertor dentro do prazo de até oito dias após a consumação do crime reduz a pena pela metade.
- 40** O militar que se apresentar para o serviço sob o efeito de substância entorpecente incorre na mesma pena prevista para o tráfico.
- 41** A pena para o furto de bem pertencente à Fazenda Pública é de reclusão de dois a seis anos.
- 42** É penalmente irrelevante o uso de substância entorpecente por militar fora de serviço e em local não sujeito à administração militar.
- 43** O crime de deserção está caracterizado quando o militar se ausentar sem licença por mais de cinco dias.
- 44** O militar que, em serviço, entrega substância entorpecente a outro militar comete crime previsto no Código Penal Militar.
- 45** O crime de furto de uso ocorre quando o agente subtrai coisa para uso momentâneo e a restitui imediatamente.

Direito Processual Penal Militar

Rafael de Oliveira

- 46** O processo penal militar aplica-se tanto em tempo de paz como em tempo de guerra, sendo admitida, em casos omissos, a aplicação subsidiária da legislação processual penal comum, desde que compatível com a natureza do processo penal militar.
- 47** O Inquérito Policial Militar tem caráter de instrução provisória e visa, principalmente, a produção de provas para fundamentar diretamente a sentença.
- 48** O inquérito policial militar pode ser iniciado de ofício pela autoridade militar competente, por requisição do Ministério Público, por decisão do STM ou por representação da parte ofendida.
- 49** A ação penal militar é pública e somente pode ser iniciada por queixa do ofendido ou de seu representante legal.
- 50** A denúncia deve conter, entre outros requisitos, a exposição do fato criminoso com suas circunstâncias, a classificação do crime e a qualificação do acusado ou esclarecimentos que permitam sua identificação.

Arquivologia

Elvis Miranda

- 51** A agilidade no acesso às informações é crucial para que os gestores possam tomar decisões embasadas e no tempo adequado, o que é essencial para o cumprimento de prazos e para a execução eficiente das políticas públicas. Se houver atrasos na obtenção de dados, isso pode comprometer a qualidade dos serviços prestados, causando impactos diretos na população e nas demandas da sociedade.
- 52** Entende-se por acervo, dentro da terminologia arquivística, o conjunto de atividades responsáveis pelo controle da tramitação dos documentos que circulam na instituição.
- 53** A classificação dos documentos de arquivo por gênero é fundamental para organizar os acervos de forma lógica e eficiente, levando em conta as características físicas e informacionais dos documentos. Ao agrupar os documentos em gêneros específicos, como textuais, iconográficos, filmográficos, cartográficos, sonoros, micrográficos ou informáticos, a classificação facilita a aplicação de técnicas adequadas de preservação e armazenamento, garantindo a integridade dos diferentes suportes.
- 54** A teoria das três idades dos arquivos é uma das bases fundamentais da Arquivologia, e desempenha um papel crucial na organização de arquivos em órgãos e entidades públicas. Ela classifica os documentos em três fases, de acordo com seu ciclo de vida, cada uma com características e necessidades de gestão específicas.
- 55** A gestão documental se restringe ao arquivamento físico de documentos, não abrangendo ações voltadas à proteção contra ameaças ou à garantia de acesso e integridade da informação.
- 56** A ausência de uma classificação detalhada no plano de classificação de uma instituição resulta na criação de categorias vagas que dificultam a localização de documentos relevantes, levando ao acúmulo desnecessário de informações em agrupamentos pouco claros.
- 57** A avaliação documental tem como principal objetivo garantir a preservação de todos os documentos produzidos por uma instituição, independentemente de seu valor, evitando qualquer tipo de descarte.
- 58** A ISAD(G) prevê que a descrição arquivística deve ser feita exclusivamente no nível do documento, não sendo aplicável a agrupamentos documentais mais amplos, como fundos ou séries.
- 59** Ações educativas desenvolvidas por arquivos permanentes devem ser direcionadas exclusivamente a pesquisadores acadêmicos, já que o conteúdo arquivístico é técnico e de difícil compreensão para o público geral.
- 60** Entre os objetivos do Moreq-Jus está o estabelecimento de diretrizes para garantir a interoperabilidade entre os sistemas de gestão documental utilizados pelos diversos órgãos do Judiciário.

Gestão de Pessoas

Rafael Barbosa

- 61** A descrição de cargos está centrada nas atividades realizadas pelo ocupante de um cargo, enquanto a análise de cargos tem como foco principal identificar os requisitos e as qualificações necessárias para que essas atividades sejam desempenhadas de forma eficaz.
- 62** A teoria dos dois fatores de Herzberg afirma que os fatores higiênicos são os principais responsáveis pela motivação dos trabalhadores, enquanto os fatores motivacionais evitam a insatisfação no ambiente de trabalho.
- 63** O comprometimento organizacional afetivo é caracterizado pela ligação emocional do indivíduo com a organização, levando-o a permanecer por vontade própria.
- 64** Ao contrário dos grupos, as equipes de trabalho são caracterizadas por interdependência nas tarefas e responsabilidade coletiva pelos resultados.
- 65** A competência interpessoal envolve a habilidade de estabelecer relações produtivas com os outros, sendo composta exclusivamente por traços de personalidade inatos.
- 66** A comunicação organizacional eficaz depende não apenas da clareza da mensagem, mas também da escuta ativa e da retroalimentação entre emissor e receptor.
- 67** Enquanto o clima organizacional refere-se à percepção dos indivíduos sobre o ambiente de trabalho em determinado momento, a cultura organizacional está relacionada aos valores, crenças e práticas mais permanentes compartilhadas na organização.
- 68** Na gestão por competências, o foco da administração de pessoas recai sobre os cargos ocupados, e não sobre os conhecimentos, habilidades e atitudes dos indivíduos.
- 69** A gestão do conhecimento busca identificar, compartilhar e aplicar os conhecimentos organizacionais, considerando tanto o conhecimento explícito quanto o tácito.
- 70** Programas de qualidade de vida no trabalho visam apenas melhorar as condições físicas do ambiente laboral, como iluminação, ergonomia e segurança.

Noções de Administração Financeira e Orçamentária

Manuel Piñon

Julgue os itens.

- 71** Como exceção ao Princípio do Orçamento Bruto, temos a permissão legal para apresentação dos valores líquidos arrecadados.
- 72** Parte da Doutrina entende que o Princípio do Orçamento Bruto integra o Princípio da Universalidade de forma mais completa.
- 73** Existe uma relação entre o Princípio da Publicidade com o Princípio da Legalidade.
- 74** O Princípio da Unidade de Caixa ou da Unidade de Tesouraria visa obrigar os entes públicos a recolher os valores arrecadados em uma Conta Única, com a finalidade de facilitar a administração, o controle e a fiscalização da aplicação desses recursos.
- 75** A LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias – é um instrumento previsto no artigo 165 da Constituição Federal destinado a organizar e viabilizar a ação pública, com vistas a cumprir os fundamentos e os objetivos da República, servindo como instrumento de planejamento de médio prazo do Governo Federal que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- 76** O PPA federal contempla diretrizes nacionais, ou seja, contempla as diretrizes das demais esferas de governo.
- 77** O período de vigência de um PPA – Plano Plurianual – coincide com o mandato do chefe do Executivo do respectivo ente.
- 78** A LOA – Lei Orçamentária Anual – funciona como instrumento de planejamento operacional, expressando a alocação de recursos públicos, sendo operacionalizada por meio de diversas ações.
- 79** Todas as empresas estatais fazem parte do campo de aplicação da LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal.
- 80** Os riscos fiscais, presentes no Anexo de Riscos Fiscais da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias –, englobam os riscos orçamentários e os riscos da dívida.

Noções de Direito Administrativo

Gustavo Scatollino

Julgue o item a seguir, com base nos conceitos doutrinários sobre os poderes administrativos.

- 81** O poder de polícia administrativa é indelegável a particulares, pois envolve o exercício do poder de império estatal, ainda que atos materiais preparatórios possam ser executados por terceiros.

Julgue o item a seguir sobre a autotutela administrativa.

- 82** A anulação de ato administrativo, mesmo quando ilegal, depende de decisão judicial, pois a Administração não possui competência para invalidar seus próprios atos.

Julgue o item a seguir sobre as entidades da administração indireta.

- 83** As empresas estatais, mesmo prestando serviços públicos, submetem-se integralmente ao regime jurídico de direito privado, sem sujeição a controles típicos da Administração Pública.

Julgue o item a seguir com base no regime jurídico dos servidores públicos.

- 84** A demissão de empregado público concursado de empresa estatal exige processo administrativo com contraditório e ampla defesa, sob pena de nulidade absoluta do ato.

Julgue o item a seguir à luz da Lei n. 14.133/2021.

- 85** A inexigibilidade de licitação se justifica nos casos em que há inabilidade de competição, como na contratação direta de artistas.

Julgue o item a seguir sobre a responsabilidade do Estado no ordenamento jurídico brasileiro.

- 86** A responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes do comércio de fogos de artifício somente se configura se houver violação de um dever jurídico específico de agir, o que ocorre quando a licença para funcionamento é concedida sem as cautelas legais ou quando o Poder Público tem conhecimento de eventuais irregularidades praticadas pelo particular e se omite.

Julgue o item a seguir com base no regime jurídico dos cargos em comissão.

- 87** A exoneração de servidor ocupante de cargo em comissão pode ocorrer livremente, por se tratar de ato discricionário que prescinde de motivação expressa.

Julgue o item a seguir à luz das competências do Tribunal de Contas da União.

- 88** O Tribunal de Contas da União exerce competência para julgar as contas do Presidente da República, cabendo ao Congresso Nacional apenas a homologação.

Julgue o item a seguir sobre o exercício do poder discricionário.

- 89** A revogação de ato administrativo legal pode ocorrer por conveniência e oportunidade, desde que não haja direito adquirido ou vedação legal expressa.

Julgue o item a seguir com base nos princípios constitucionais da administração pública.

- 90** A utilização de símbolos pessoais de agentes políticos em campanhas institucionais não ofende os princípios constitucionais da Administração Pública.

Gestão de Contratos

Bruno Eduardo

Julgue os itens a seguir, relativos à nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n. 14.133/2021), especialmente quanto aos princípios, modalidades licitatórias, contratação direta e aspectos procedimentais.

- 91** A modalidade de concorrência prevista na Lei n. 14.133/2021 pode ser utilizada para a contratação de bens e serviços especiais, desde que se observe o critério de julgamento por menor preço ou maior desconto.

- 92** A contratação direta, nas hipóteses de inexigibilidade de licitação, exige a justificativa da inviabilidade de competição, mesmo nos casos de exclusividade técnica de fornecedor.

- 93** O princípio da adjudicação compulsória determina que a Administração é obrigada a contratar com o vencedor da licitação, salvo em hipóteses de nulidade do certame.

- 94** A modalidade de diálogo competitivo, prevista na Lei n. 14.133/2021, destina-se à contratação de bens e serviços comuns quando o objeto puder ser bem especificado previamente.

Com base no Decreto n. 11.462/2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços (SRP), julgue os itens seguintes.

- 95** O sistema de registro de preços admite contratação direta ou licitação, nas modalidades de pregão ou concorrência, para registro formal de preços.

- 96** O órgão ou entidade participante do SRP pode aplicar penalidades ao fornecedor por descumprimento da ata de registro de preços, mesmo sem ter participado do processo licitatório inicial.

- 97** A adesão tardia de novos órgãos ao SRP poderá ocorrer desde que antes da consolidação da intenção de registro de preços e mediante autorização da entidade gerenciadora.

Acerca da elaboração, fiscalização e execução dos contratos administrativos segundo a Lei n. 14.133/2021, julgue os próximos itens.

- 98** O fiscal do contrato poderá ser auxiliado por terceiros contratados, os quais assumem responsabilidade objetiva pelas informações prestadas, sem prejuízo da responsabilidade do fiscal.

- 99** O preposto da contratada não necessita de aprovação da Administração para atuar, desde que indicado formalmente pela empresa.

- 100** A inexecução parcial do contrato por falhas técnicas pode ensejar sanções, mesmo que o objeto tenha sido recebido provisoriamente.

Com base nas disposições da Lei n. 14.133/2021 sobre penalidades e irregularidades contratuais, julgue os itens abaixo.

- 101** A Administração pode aplicar sanções ao contratado com base em registros efetuados em ata de registro de preços, mesmo após o fim da vigência da ata.

- 102** A aplicação de penalidades exige prévia garantia da ampla defesa e contraditório, mesmo no caso de reincidência contratual.

- 103** A Administração pode reter créditos do contratado até o limite dos prejuízos causados, independentemente de decisão judicial.

- 104** A inexecução total do contrato autoriza a aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar por até dois anos.

- 105** É vedado ao fiscal do contrato aplicar diretamente penalidades, sendo essa atribuição exclusiva da autoridade competente.

Administração de Recursos Materiais

Bruno Eduardo

Julgue os itens a seguir, relativos à classificação de materiais no contexto da administração de recursos materiais.

- 106** A classificação de materiais, com base em atributos como peso, volume e periculosidade, visa exclusivamente à definição de critérios de armazenagem e transporte, não sendo útil para fins contábeis ou gerenciais.

- 107** A classificação funcional organiza os materiais de acordo com sua aplicação nos processos operacionais, sendo útil para facilitar a alocação dos custos por centro de responsabilidade.

- 108** A curva ABC, ao ser aplicada à gestão de estoques, permite identificar os itens mais relevantes do ponto de vista financeiro, sendo normalmente baseada no valor total de consumo anual de cada item.

- 109** Na metodologia da curva ABC, os itens da classe “C” correspondem à menor quantidade de itens do estoque e concentram a maior parte dos recursos financeiros da organização.

Julgue os itens a seguir, com base nas práticas de recebimento e armazenagem de materiais.

- 110** O procedimento de conferência quantitativa no recebimento de materiais visa verificar se as quantidades entregues correspondem às quantidades especificadas na nota fiscal e no pedido de compra.

- 111** A armazenagem de materiais tem como objetivo central a maximização da capacidade de estocagem, independentemente dos critérios de acessibilidade e segurança.

- 112** O método de armazenagem conhecido como “primeiro que entra, primeiro que sai” (PEPS ou FIFO) é utilizado para garantir a rotatividade dos materiais, especialmente os perecíveis ou com validade.

- 113** O arranjo físico do almoxarifado deve considerar unicamente critérios de estética e organização visual, desconsiderando a frequência de movimentação dos itens.

Julgue os itens a seguir, acerca da gestão patrimonial no setor público.

- 114** O tombamento de bens móveis no setor público é um procedimento fundamental para o registro e controle patrimonial, atribuindo a cada item um número identificador único.

- 115** O inventário patrimonial periódico tem como principal objetivo aferir a quantidade física dos bens em estoque e propor sua alienação imediata.

- 116** A alienação de bens móveis públicos deve ser precedida de avaliação e justificativa quanto à sua inutilização, obedecendo aos princípios da legalidade e economicidade.

- 117** A baixa de um bem patrimonial somente poderá ocorrer após comprovação de sua perda, extravio ou alienação, mediante documentação formal.

- 118** O controle de bens patrimoniais é atividade exclusiva da contabilidade pública, sendo desnecessária a atuação da unidade usuária quanto à guarda e conservação dos bens.

Julgue os itens a seguir, considerando a integração entre os processos de administração de materiais e gestão patrimonial.

- 119** A integração entre os sistemas de controle de almoxarifado e patrimônio é fundamental para evitar duplicidade de registros, promover a rastreabilidade de bens e apoiar a tomada de decisão gerencial.

- 120** O ciclo de vida do material encerra-se com o seu recebimento e entrada no almoxarifado, sendo desnecessário considerar sua destinação final ou reaproveitamento.



STM - SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
1º SIMULADO
TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA: ADMINISTRATIVA (PÓS-EDITAL)

GABARITO

	Item	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Gabarito		C	E	E	E	E	C	E	C	C	E
	Item	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Gabarito		C	E	E	C	E	E	E	C	C	C
	Item	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
Gabarito		C	E	E	C	E	E	E	E	C	C
	Item	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Gabarito		C	C	C	E	E	C	E	C	C	C
	Item	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
Gabarito		C	E	E	C	C	C	E	C	E	C
	Item	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
Gabarito		C	E	C	C	E	C	E	E	E	C
	Item	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
Gabarito		C	E	C	C	E	C	C	E	C	E
	Item	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
Gabarito		E	C	C	C	E	E	E	C	E	C
	Item	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
Gabarito		C	E	E	E	C	C	C	E	C	E
	Item	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
Gabarito		C	C	E	E	C	E	C	C	E	C
	Item	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110
Gabarito		E	C	C	E	C	E	C	C	E	C
	Item	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120
Gabarito		E	C	E	C	E	C	C	E	C	E

ASSINATURA ILIMITADA X

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine AGORA a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a Assinatura Ilimitada X do Gran.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 3 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

(61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero ser assinante
ilimitado agora

Língua Portuguesa

Fidelis Almeida

- 1 Foi a partir do idioma alemão que se deu a disseminação pelo mundo de uma acepção particular de cultura (*Kultur*), em linhas gerais, como algo mais intrínseco, individual e espiritual. O holandês, os idiomas escandinavos e eslavos adotaram-na desde logo; 5 também no espanhol, no italiano e no inglês americano é termo corrente. Apenas no francês e no inglês europeu é que, malgrado o seu uso em certas expressões consagradas, o termo depara com alguma resistência. Ao menos não se pode empregá-lo livremente no lugar de *civilisation*. E não é por acaso. O francês e o inglês tiveram, em 10 virtude de sua vetusta e rica evolução como línguas de pensamento, muito menos necessidade do recurso ao alemão para formarem seu vocabulário científico-filosófico moderno, sobretudo se comparados à maioria das línguas europeias que progressivamente, ao longo do século XIX, aproveitaram a fértil riqueza expressiva alemã.
- 15 O uso comum da palavra cultura em si traz pouco risco de mal-entendidos. Sabe-se mais ou menos o que se quer dizer com ela. Mas tente-se precisar o seu sentido e já então surgem dificuldades. Que é, em que consiste a cultura? Uma definição exaustiva do conteúdo dessa ideia seria quase impossível. Fácil seria, por outro lado, elencar algumas condições e características essenciais para 20 que se configure o fenômeno da cultura.

Cultura requer, antes de tudo, certo equilíbrio entre valores espirituais e materiais. Tal equilíbrio permite o florescimento de uma configuração social que seja tida pelos homens como algo superior à mera satisfação de necessidades básicas ou da pura e simples vontade de poder. O termo valores espirituais inclui aqui as áreas da religião, do intelecto, da moral e da estética. Também entre tais áreas é preciso haver certo equilíbrio ou harmonia internos para que o conceito de cultura seja aplicável. Ao tratarmos de equilíbrio, 25 em vez de excelência, temos o cuidado de considerar mesmo os estágios iniciais, inferiores ou precários de uma civilização também como cultura, sem incorrer numa preferência seja pelas civilizações mais adiantadas, seja por um fator cultural à parte – religião, arte, direito, poder político etc. O estado de equilíbrio consiste sobre-30 tudo no fato de que os diferentes elementos culturais tenham cada um, em relação ao todo, uma função sumamente vital. Uma vez presente tal harmonia de funções, a cultura se manifesta, em dada sociedade, como ordem, articulação coesa, estilo, ritmo de vida.

HUIZINGA, Johan. *Nas sombras do amanhã: um diagnóstico da enfermidade espiritual de nosso tempo*. Tradução e notas de Sérgio Marinho. Goiânia: Caminhos, 2017.
(com adaptações)

Os itens a seguir referem-se às ideias desenvolvidas no texto. Julgue-os.

- 1 De acordo com o texto, a associação entre cultura e equilíbrio de funções impede que o conceito se restrinja a padrões de excelência civilizatória.

Certo.

Assunto abordado: Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.

O texto afirma que, ao se privilegiar a ideia de equilíbrio — e não de excelência — como critério para a configuração da cultura, evita-se a exclusão de civilizações que estejam em estágios iniciais, inferiores ou precários. Essa concepção não privilegia culturas avançadas nem valoriza isoladamente aspectos como arte ou religião, mas considera

essencial que os diferentes elementos culturais tenham funções vitais em relação ao todo. Dessa forma, o conceito se amplia e não se restringe a idealizações de progresso ou sofisticação cultural, permitindo a inclusão de formas diversas de organização social sob a noção de cultura.

- 2 Conclui-se do texto que a dificuldade de definir cultura decorre da oposição entre valores espirituais e materiais.

Errado.

Assunto abordado: Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.

O texto não apresenta valores espirituais e materiais como opostos, mas como dimensões que precisam manter-se em equilíbrio para que o conceito de cultura seja aplicável. O autor inclusive ressalta que a harmonia entre essas esferas é uma condição essencial ao florescimento cultural. A dificuldade em definir cultura está relacionada à sua complexidade intrínseca e à amplitude do seu conteúdo, e não a uma tensão entre valores distintos.

- 3 Conforme o texto, a resistência do francês e do inglês europeu à acepção alemã de “cultura” explica-se pela autonomia científica e filosófica que a França e a Inglaterra tiveram em relação à Alemanha.

Errado.

Assunto abordado: Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.

O texto baseia a explicação para a resistência do francês e do inglês europeu à acepção alemã de “cultura” não na autonomia científica e filosófica da França e da Inglaterra enquanto nações produtoras de conhecimento, mas na trajetória lexical e conceitual dessas duas línguas como instrumentos de formulação do pensamento. O autor afirma explicitamente que elas, devido à sua “vetusta e rica evolução como línguas de pensamento”, tiveram muito menos necessidade de recorrer ao alemão na constituição de seu vocabulário científico-filosófico moderno. Essa justificativa é de natureza linguística, centrada na estrutura e desenvolvimento dos idiomas, e não na independência científica e filosófica dos países em relação à Alemanha. Assim, uma independência linguística não implica, necessariamente, uma autonomia científica ou filosófica.

- 4 O texto sustenta que o uso cotidiano da palavra “cultura” é impreciso e favorece confusões conceituais.

Errado.

Assunto abordado: Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.

Segundo o texto, o uso comum da palavra “cultura” traz pouco risco de mal-entendidos, pois se sabe, em termos gerais, o que se pretende dizer com ela. A imprecisão e as dificuldades surgem quando se tenta precisar o conceito ou oferecer uma definição exaustiva do seu conteúdo, o que o autor considera quase impossível. Assim, o problema não está no uso corrente, mas na tentativa de delimitar teoricamente a noção de cultura em termos rigorosos.

Acerca dos aspectos linguísticos do texto, julgue os itens subsequentes.

- 5 No primeiro período do primeiro parágrafo, o vocábulo “que” funciona como um pronome relativo que retoma “idioma alemão”.

Errado.

Assunto abordado: Emprego das classes de palavras.

No primeiro período do primeiro parágrafo, o vocábulo “que” é uma partícula de realce. Em conjunto com a forma verbal “Foi”, enfatiza o “idioma alemão” como origem do sentido particular de “cultura” como algo individual, espiritual, intrínseco. Essa estrutura enfatiza que não se trata de qualquer idioma, mas especificamente do alemão, ressaltando seu papel central na difusão dessa concepção de cultura entre diversas línguas e contextos culturais. É como se o autor dissesse: não foi de outro lugar, foi justamente do alemão que isso começou. Veja-se que ela pode ser suprimida, sem prejudicar a ideia básica do período: *A partir do idioma alemão se deu a disseminação pelo mundo de uma acepção particular de cultura (Kultur), em linhas gerais, como algo mais intrínseco, individual e espiritual.*

Essa possibilidade de supressão confirma seu valor enfático, não essencial ao sentido do período.

- 6 Pelo emprego da palavra “vetusta” (sexto período do primeiro parágrafo), entende-se que o francês e o inglês europeu são línguas antigas, com longa tradição.

Certo.

Assunto abordado: Significação das palavras.

A palavra “vetusta”, empregada na expressão “vetusta e rica evolução como línguas de pensamento”, tem o sentido de *antiga, respeitável pela idade*. No contexto, o adjetivo qualifica o processo de desenvolvimento do francês e do inglês europeu como línguas que, ao longo do tempo, formaram de maneira autônoma seu vocabulário científico-filosófico. A palavra, portanto, transmite a ideia de antiguidade aliada a prestígio e reforça a razão pela qual essas línguas não dependeram do alemão para incorporar conceitos culturais.

- 7 A oração “para que se configure o fenômeno da cultura” (último período do segundo parágrafo) indica ideia e finalidade.

Errado.

Assunto abordado: Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.

A oração “para que se configure o fenômeno da cultura” funciona como uma oração subordinada substantiva completiva nominal, pois complementa o sentido do adjetivo “essenciais”, que exige preposição (*essencial à /para algo*). A construção indica a que “algumas condições e características essenciais” são essenciais.

- 8 Preserva-se a correção gramatical e o sentido original do texto caso a preposição “com” (terceiro período do primeiro parágrafo) seja suprimida.

Certo.

Assunto abordado: Regência verbal.

Na acepção de *encontrar, topar*, o verbo *deparar* pode ser transitivo direto (*deparar algo*) ou transitivo indireto (*deparar com algo*). Assim, a reescrita *o termo depara alguma resistência* preserva a correção gramatical e o sentido original do texto.

- 9 No penúltimo período do segundo parágrafo, o emprego do subjuntivo em “tenham” assinala que o estado de equilíbrio entre os diversos elementos culturais é um aspecto necessário para a existência da cultura.

Certo.

Assunto abordado: Emprego de tempos e modos verbais.

No penúltimo período do segundo parágrafo, a forma verbal “tenham” está conjugada no presente do subjuntivo. O uso do subjuntivo nesse contexto transmite a ideia de uma exigência ou condição essencial para a configuração do conceito de cultura apresentada no texto. O autor afirma que o equilíbrio só pode ser considerado verdadeiro quando cada elemento cultural exerce uma função vital em relação ao conjunto. Veja-se que equivale a “devem ter”, ou seja, expressa efetivamente uma necessidade, exigência ou condição para que haja cultura. Se o autor tivesse usado o indicativo — por exemplo, “têm cada um, em relação ao todo, uma função sumamente vital” — estaria apenas afirmando um fato, como se essa harmonia já existisse em todas as culturas, o que não é a intenção do texto. Portanto, o modo subjuntivo reforça a noção de necessidade, ou seja, sem esse equilíbrio funcional, não há cultura no sentido adotado pelo texto.

- 10 No primeiro parágrafo, o pronome “na” (segundo período) retoma “cultura” (primeiro período).

Errado.

Assunto abordado: Emprego de elementos de referenciamento.

No primeiro parágrafo, a forma pronominal “na” em “adotaram-na desde logo” (segundo período) retoma especificamente a expressão “uma acepção particular de cultura (Kultur)”, que aparece no primeiro período.

Legislação

Rafael de Oliveira

- 11 O Superior Tribunal Militar é composto por quinze Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pelo Senado Federal, sendo cinco civis e dez militares das Forças Armadas.

Certo.

Assunto abordado: Regimento Interno do STM.

Fundamento – Art. 2º:

O Tribunal, com sede na Capital Federal e jurisdição em todo o território nacional, compõe-se de quinze Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal, sendo três oficiais-generais da Marinha, quatro oficiais-generais do Exército e três oficiais-gerais da Aeronáutica, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira, e cinco civis.

- 12** Os Ministros civis do STM são todos escolhidos exclusivamente entre advogados com mais de dez anos de atividade profissional e notório saber jurídico.

Errado.

Assunto abordado: Regimento Interno do STM.

Fundamento – Art. 2º, § 1º:

§ 1º Os Ministros civis são escolhidos pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo:

- I - três dentre advogados de notório saber jurídico e conduta ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional;
- II - dois, por escolha paritária, dentre Juízes Federais da Justiça Militar e membros do Ministério Público Militar.

- 13** Compete ao Plenário do STM aplicar penas disciplinares e decretar a perda do cargo de magistrado vitalício da Justiça Militar da União.

Errado.

Assunto abordado: Regimento Interno do STM.

Fundamento – Art. 4º, I, h:

Compete ao Plenário: [...] processar e julgar originariamente: [...] h) os procedimentos administrativos para aplicação das penas disciplinares de advertência ou censura e decretação das de remoção, disponibilidade ou perda do cargo de magistrado da Justiça Militar, excluído, no último caso, o magistrado vitalício;

- 14** A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Certo.

Assunto abordado: Lei n. 9.784/1999.

Fundamento – Art. 2º, parágrafo único, inciso VIII, da Lei n. 9.784/1999:

Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

- 15** A administração pública pode, a qualquer tempo, revogar seus próprios atos administrativos por motivo de conveniência ou oportunidade, ainda que deles se originem direitos adquiridos.

Errado.

Assunto abordado: Lei n. 9.784/1999.

Fundamento Legal:

Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

A questão está errada porque a revogação não pode atingir direitos adquiridos.

- 16** O desenvolvimento do servidor nas carreiras do Poder Judiciário da União ocorrerá exclusivamente por meio de promoção por merecimento.

Errado.

Assunto abordado: Lei n. 11.416/2006.

Fundamento – Art. 10 da Lei n. 11.416/2006:

Do Desenvolvimento na Carreira

Art. 9º O desenvolvimento dos servidores nos cargos de provimento efetivo das Carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário dar-se-á mediante progressão funcional e promoção.

§ 1º A progressão funcional é a movimentação do servidor de um padrão para o seguinte dentro de uma mesma classe, observado o interstício de um ano, sob os critérios fixados em regulamento e de acordo com o resultado de avaliação formal de desempenho.

- 17** A Resolução CNJ n. 351/2020 considera assédio moral apenas condutas reiteradas que causem dano à integridade psíquica da vítima.

Errado.

Assunto abordado: Resolução CNJ n. 351/2020.

CAPÍTULO II DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para os fins desta Resolução considera-se:

I – Assédio moral: processo contínuo e reiterado de condutas abusivas que, independentemente de intencionalidade, atente contra a integridade, identidade e dignidade humana do trabalhador, por meio da degradação das relações socioprofissionais e do ambiente de trabalho, exigência de cumprimento de tarefas desnecessárias ou exorbitantes, discriminação, humilhação, constrangimento, isolamento, exclusão social, difamação ou abalo psicológico;

- 18** Os tribunais e as respectivas escolas de formação de magistrados e de servidores, nos respectivos programas de aperfeiçoamento e capacitação, inclusive os de desenvolvimento gerencial, deverão prever em seus currículos e itinerários formativos o tema da prevenção e enfrentamento da discriminação e do assédio moral e sexual no trabalho, bem como do respeito à diversidade e outros conteúdos correlatos, relacionando-os com os processos de promoção à saúde no trabalho.

Certo.

Assunto abordado: Resolução CNJ n. 351/2020.

CAPÍTULO IV - DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 4º Essa Política rege-se pelas seguintes diretrizes gerais:
IV – os tribunais e as respectivas escolas de formação de magistrados e de servidores, nos respectivos programas de aperfeiçoamento e capacitação, inclusive os de desenvolvimento gerencial, deverão prever em seus currículos e itinerários formativos o tema da prevenção e enfrentamento da discriminação e do assédio moral e sexual no trabalho, bem como do respeito à diversidade e outros conteúdos correlatos, relacionando-os com os processos de promoção à saúde no trabalho;

- 19** O PLS é instrumento que se alinha à Estratégia Nacional do Judiciário, e aos Planos Estratégicos dos órgãos, com objetivos e responsabilidades definidas, indicadores, metas, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados, que permite estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade, que objetivem uma melhor eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho, considerando a visão sistêmica do órgão.

Certo.

Assunto abordado: Resolução CNJ n. 400/2021.

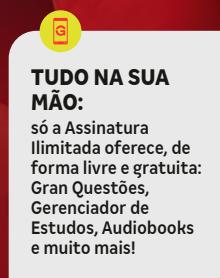
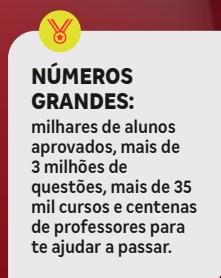
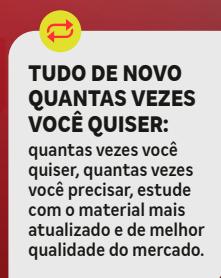
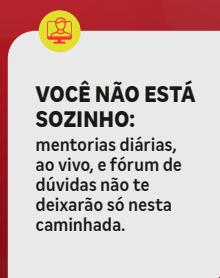
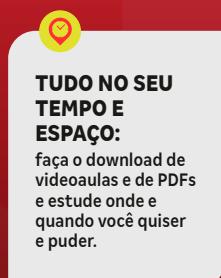
Art. 5º. O PLS é instrumento que se alinha à Estratégia Nacional do Judiciário, e aos Planos Estratégicos dos órgãos, com objetivos e responsabilidades definidas, indicadores, metas, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados, que permite estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade, que objetivem uma melhor eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho, considerando a visão sistêmica do órgão.

- 20** O CNJ disponibilizará aos órgãos do Poder Judiciário acesso ao PLS-Jud para prestarem as informações referentes aos indicadores constantes do Anexo, com o objetivo de padronizar o envio e o recebimento de dados e facilitar a análise dos indicadores que avaliam o Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS) do Poder Judiciário.

ASSINATURA ILIMITADA X

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine AGORA a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a Assinatura Ilimitada X do Gran.



Contato para vendas:

(61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.

G Quero ser assinante ilimitado agora